

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ADICIONAIS DE SUPORTE COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

THE INCLUSION OF PEOPLE WITH ADDITIONAL SUPPORT NEEDS AS A TOOL FOR SOCIAL TRANSFORMATION

LA INCLUSIÓN DE PERSONAS CON NECESIDADES ADICIONALES DE APOYO COMO HERRAMIENTA DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL

Mário Silva¹

¹ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, mariojorge96@hotmail.com

Resumo

A inclusão de pessoas com Necessidades Adicionais de Suporte (NAS) constitui um pilar fundamental para a construção de sociedades mais justas, equitativas e participativas. Para além do seu reconhecimento no domínio educativo, a inclusão deve ser compreendida como um processo social alargado e transformador, que atravessa múltiplos setores e exige o envolvimento ativo de diversos agentes. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a inclusão enquanto motor de transformação social, analisando o papel de profissionais educativos, técnicos especializados, agentes comunitários e políticas públicas na promoção da participação plena e do empoderamento destas pessoas. Apresentam-se exemplos concretos de iniciativas desenvolvidas em Portugal e no contexto europeu, ilustrando estratégias de articulação intersectorial e interprofissional, bem como os desafios e oportunidades que estas encaram. Sustenta-se que a inclusão eficaz requer um compromisso ético, político e profissional robusto, capaz de transformar estruturas, promover a autodeterminação e reposicionar as pessoas com necessidades adicionais de suporte como protagonistas da mudança social.

Palavras-chave: inclusão, transformação social, necessidades adicionais de suporte, participação, políticas públicas.

Abstract

The inclusion of people with Additional Support Needs (ASN) is a fundamental pillar in building fairer, more equitable, and participatory societies. Beyond its recognition in the educational sphere, inclusion must be understood as a broad and transformative social process that spans multiple sectors and requires the active involvement of various stakeholders. This article offers a critical reflection on inclusion as a driver of social transformation, analysing the role of educational professionals, specialised technicians, community agents, and public policies in promoting full participation and the empowerment of these individuals. Concrete examples of initiatives developed in Portugal and the European context are presented, illustrating intersectoral and interprofessional collaboration strategies, as well as the challenges and opportunities they face. It is argued that effective inclusion requires a strong ethical, political, and professional commitment capable of transforming structures, promoting self-determination, and repositioning people with additional support needs as protagonists of social change.

Keywords: inclusion, social transformation, additional support needs, participation, public policies.

Resumen

La inclusión de personas con Necesidades Adicionales de Apoyo (NAA) es un pilar fundamental en la construcción de sociedades más justas, equitativas y participativas. Más allá de su reconocimiento en el ámbito educativo, la inclusión debe entenderse como un proceso social amplio y transformador que abarca múltiples sectores y requiere la implicación activa de diversos actores. Este artículo ofrece una reflexión crítica sobre la inclusión como motor de transformación social, analizando el papel de los profesionales de la educación, los técnicos especializados, los

agentes comunitarios y las políticas públicas en la promoción de la participación plena y el empoderamiento de estas personas. Se presentan ejemplos concretos de iniciativas desarrolladas en Portugal y en el contexto europeo, que ilustran estrategias de colaboración intersectorial e interprofesional, así como los desafíos y oportunidades que enfrentan. Se sostiene que una inclusión efectiva requiere un compromiso ético, político y profesional sólido, capaz de transformar las estructuras, promover la autodeterminación y posicionar a las personas con necesidades adicionales de apoyo como protagonistas del cambio social.

Palabras-clave: inclusión, transformación social, necesidades adicionales de apoyo, participación, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com NAS ultrapassa o âmbito meramente educativo e legal, constituindo um compromisso ético, social e político essencial à construção de sociedades verdadeiramente democráticas e equitativas. Este compromisso ético, social e político alinha-se diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 da Agenda 2030, que visa reduzir as desigualdades no interior dos países e entre eles (United Nations, 2015). O reconhecimento das diferenças e a valorização da diversidade assumem-se como pilares da justiça social e da redução das desigualdades estruturais.

Este artigo parte da premissa de que a inclusão, quando concebida de forma transversal e integrada, é uma ferramenta poderosa de transformação social, com potencial para fomentar o desenvolvimento humano, a coesão comunitária e o fortalecimento da cidadania ativa.

A análise desenvolvida organiza-se em torno de três dimensões interligadas: a prática educativa inclusiva, o envolvimento comunitário e intersectorial, e o papel dos diferentes profissionais, com especial atenção às políticas públicas que sustentam uma abordagem sistémica da inclusão.

1 INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA PERSPETIVA INTEGRADA

A inclusão social tem vindo a evoluir de um conceito inicialmente focado na deficiência para uma perspetiva mais ampla que reconhece a diversidade humana como um valor fundamental para o progresso das sociedades (Ainscow et al., 2016). Atualmente, a inclusão é entendida como um processo que procura garantir o acesso equitativo, a participação efetiva e o sucesso em todos os contextos da vida, desde a educação até ao trabalho, lazer e cidadania ativa (European Agency for Special Needs and Inclusive Education, 2022). Este entendimento da inclusão como processo que garante acesso equitativo e participação efetiva está em consonância com o ODS 4, que defende uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, e com o ODS 10, que enfatiza a redução das desigualdades (United Nations, 2015).

Esta transformação conceptual reflete uma mudança paradigmática, em que a inclusão é vista não apenas como uma obrigação legal, mas como uma ferramenta estratégica para a construção de sociedades mais justas, coesas e sustentáveis. Estudos recentes mostram que sociedades inclusivas tendem a apresentar melhores níveis de coesão social, maior bem-estar coletivo, menor exclusão social e uma participação cívica mais robusta (United Nations Development Programme, 2021).

Promover a inclusão de pessoas com NAS implica, portanto, um compromisso ético, político e social que requer abordagens interdisciplinares e intersectoriais, mobilizando profissionais da educação, saúde, trabalho social, e outros agentes comunitários. Só assim é possível garantir que as barreiras à participação sejam efetivamente superadas e que o direito à cidadania plena seja respeitado em toda a sua dimensão.

2 PRÁTICAS EDUCATIVAS TRANSFORMADORAS

A escola continua a ser um espaço central para a inclusão, mas a sua eficácia depende da qualidade das práticas educativas e da articulação entre profissionais. Como primeiro espaço social estruturado na vida de muitas crianças e jovens, a escola desempenha um papel determinante na construção de práticas verdadeiramente inclusivas.

Metodologias centradas no aluno, trabalho colaborativo entre docentes e técnicos especializados, avaliação formativa e diferenciação pedagógica são estratégias fundamentais para responder às necessidades diversas dos alunos (Florian & Black-Hawkins, 2011).

Em Portugal, o Projeto-Piloto de Apoio à Inclusão, desenvolvido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) entre 2019 e 2022, foi implementado em vários agrupamentos escolares com o objetivo de promover uma abordagem integrada e eficaz à inclusão de alunos com NAS. Este projeto destacou-se pela criação de equipas multidisciplinares que incluíam professores titulares, técnicos especializados, assistentes operacionais e outros profissionais de apoio, permitindo uma resposta mais personalizada e ajustada às necessidades específicas de cada aluno.

Os resultados do projeto evidenciam que a articulação estreita entre estes agentes possibilita a partilha de conhecimentos e estratégias, melhora a monitorização do progresso dos alunos e fortalece o desenvolvimento de planos educativos individualizados. Para além disso, o projeto salientou a importância da formação contínua dos profissionais para garantir práticas pedagógicas atualizadas e sensíveis à diversidade. Estas metodologias inclusivas refletem o objetivo do ODS 4, que destaca a necessidade de assegurar oportunidades educativas igualitárias e inclusivas para todos os alunos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (United Nations, 2015).

Além dos docentes, profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais e educadores sociais desempenham um papel decisivo na construção de ambientes inclusivos, promovendo o desenvolvimento global dos alunos e contribuindo para a sensibilização da comunidade educativa. Desta forma, a escola assume-se não apenas como lugar de aprendizagem, mas como agente ativo na construção de uma sociedade que valoriza cada indivíduo na sua singularidade.

3 DIMENSÃO COMUNITÁRIA E REDES DE SUPORTE

A verdadeira inclusão acontece no dia a dia das comunidades, onde a participação ativa das pessoas com NAS é fundamental para promover mudanças sociais profundas e a desconstrução de estigmas e preconceitos (Fernandes et al., 2020). Em Portugal, as Plataformas Locais para a Inclusão Social (PLIS) são promovidas pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) em parceria com Câmaras Municipais e outras entidades locais, funcionando como estruturas de articulação intersectorial. Estas plataformas reúnem instituições das áreas da educação, saúde, segurança social e cultura para garantir uma intervenção integrada e centrada na pessoa, ilustrando um modelo que pode servir de referência para outras regiões.

Projetos como o Cidadania Inclusiva, coordenado pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD), apostam na capacitação, no envolvimento cívico e no desenvolvimento local, evidenciando como a inclusão comunitária pode fomentar a participação social e o reconhecimento do valor das pessoas com NAS enquanto agentes ativos na transformação social. Estas iniciativas não apenas promovem a participação social, mas também melhoram diretamente a qualidade de vida das pessoas, fortalecendo os laços comunitários e o sentido de pertença. O fortalecimento das redes comunitárias e o envolvimento de profissionais especializados contribuem para o alcance do ODS 3, que promove o bem-estar e a saúde para todos, bem como do ODS 11, que procura tornar as comunidades inclusivas, seguras e sustentáveis (United Nations, 2015).

Profissionais não docentes, tais como educadores sociais, mediadores comunitários, técnicos de reabilitação e psicólogos comunitários, desempenham um papel estratégico ao estabelecer pontes entre as instituições e a comunidade. Estes agentes facilitam o acesso a direitos e serviços, promovem a sensibilização e contribuem para a construção de redes de suporte sólidas e inclusivas. É através desta colaboração entre instituições, profissionais e comunidade que se constrói uma base sólida para a inclusão sustentável e a transformação social.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E COMPROMISSO INTERSECTORIAL

A inclusão sustentável depende de políticas públicas integradas que promovam a coordenação eficaz entre setores como Educação, Saúde, Segurança Social e Trabalho, assegurando financiamento adequado e mecanismos contínuos de monitorização e avaliação de impacto (Comissão Europeia, 2021). Estas políticas devem ser implementadas de modo a responder às necessidades reais das pessoas com NAS, evitando a dispersão e duplicação de recursos e garantindo a acessibilidade e eficácia das ações no terreno. A implementação de políticas públicas integradas e inclusivas está alinhada com o ODS 16, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas, com instituições eficazes, transparentes e responsáveis, e também contribui para a redução das desigualdades propostas no ODS 10 (United Nations, 2015).

Em Portugal, a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (2021–2025) destaca a importância de centrar as ações na participação ativa das pessoas com deficiência, na eliminação do capacitismo e na promoção de respostas baseadas na autodeterminação e autonomia. Isto implica um compromisso ético e político para assegurar que as políticas públicas se traduzam em práticas concretas e acessíveis.

A nível europeu, a Disability Rights Strategy 2021–2030 reforça a necessidade de um compromisso político robusto e de uma abordagem multissetorial e multinível, envolvendo governos nacionais, regionais e locais, assim como a sociedade civil. O envolvimento direto das pessoas com deficiência na conceção, implementação e monitorização destas políticas é fundamental para garantir a efetiva promoção dos seus direitos humanos e a construção de sociedades inclusivas

5 BARREIRAS E DESAFIOS À TRANSFORMAÇÃO

Apesar dos avanços legislativos e das boas práticas implementadas, a inclusão plena continua a encarar obstáculos estruturais, culturais e institucionais que comprometem a sua efetividade e sustentabilidade. Entre os principais desafios destacam-se:

- **Formação insuficiente e desatualizada dos profissionais** – muitos docentes, técnicos e agentes sociais carecem de formação específica e contínua para lidar com a diversidade das necessidades adicionais de suporte (NAS), limitando a qualidade e a adequação das respostas educativas e sociais (Costa & Silva, 2019). Superar estas barreiras exige garantir formação contínua e de qualidade para todos os profissionais envolvidos, algo que está em linha com o ODS 4, que promove educação inclusiva e de qualidade. Além disso, combater preconceitos e garantir igualdade de oportunidades reflete o compromisso do ODS 10 de reduzir as desigualdades (United Nations, 2015).
- **Persistência de estigmas sociais e atitudes capacitistas** – preconceitos enraizados e perceções negativas ainda marginalizam as pessoas com necessidades adicionais, dificultando a sua participação plena e o reconhecimento do seu valor na comunidade (Figueiredo, 2022).
- **Insuficiência e má distribuição de recursos humanos e materiais** – a escassez e o uso inadequado dos recursos provocam respostas fragmentadas, sobrecarga dos profissionais e descontinuidade nos serviços e projetos.
- **Fragmentação e falta de articulação entre políticas públicas e iniciativas locais** – a ausência de coordenação leva à duplicação de esforços, lacunas no atendimento e falta de coerência nas intervenções.

Para ultrapassar esses desafios, é fundamental investir em estratégias de formação contínua, multidisciplinar e prática, abrangendo não apenas os profissionais da educação, mas também os das áreas da saúde, ação social e comunitária. A sensibilização da sociedade e a promoção de uma cultura inclusiva são igualmente essenciais para desconstruir preconceitos e fomentar o respeito e a valorização da diversidade.

Adicionalmente, a implementação de mecanismos participativos de avaliação e monitorização das políticas e práticas deve garantir o envolvimento ativo das pessoas com NAS e das suas famílias. Isso assegura que as respostas sejam ajustadas às realidades locais, eficazes e sustentáveis.

Finalmente, a estabilidade financeira e institucional dos projetos e serviços é decisiva para consolidar resultados e promover a transformação social a médio e longo prazo, permitindo que a inclusão deixe de ser um desafio pontual para se tornar uma realidade duradoura e transformadora.

CONCLUSÃO: TRANSFORMAR A SOCIEDADE ATRAVÉS DA INCLUSÃO

A inclusão de pessoas com necessidades adicionais de suporte transcende a simples garantia de direitos individuais, ela representa um verdadeiro motor de transformação social. Ao integrar estas pessoas em todos os espaços da vida social, educativa e comunitária, desafiamos e reconfiguramos as estruturas, normas e práticas que historicamente mantiveram a exclusão e a desigualdade.

Esse processo exige um compromisso ético, político e profissional sólido, que vá além da mera adaptação, promovendo a participação ativa, o empoderamento e o reconhecimento pleno das pessoas com NAS como protagonistas da mudança. Somente assim será possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde a diversidade é valorizada e todos tenham oportunidades reais para contribuir e prosperar. Ao promover a inclusão e o empoderamento das pessoas com NAS, contribuimos para a concretização de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, consolidando uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável (United Nations, 2015).

A transformação social que procuramos depende da convergência entre práticas educativas inovadoras, ação comunitária integrada e políticas públicas intersetoriais, desenvolvidas com a participação direta das pessoas envolvidas. Ao abraçar esta visão, não estamos apenas a transformar vidas individuais, estamos a moldar um mundo mais justo, solidário e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

- Ainscow, M., Booth, T., & Dyson, A. (2016). *Improving Schools, Developing Inclusion*. Routledge.
- Comissão Europeia. (2021). *Union of Equality: Strategy for the Rights of Persons with Disabilities 2021–2030*.
- Costa, S., & Silva, M. (2019). Barreiras à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: um estudo exploratório em escolas portuguesas. *Revista Portuguesa de Educação*, 32(1), 45–62.
- European Agency for Special Needs and Inclusive Education. (2022). *Inclusive Education in Action*.
- Fernandes, A., Pereira, C., & Santos, R. (2020). Inclusão social e participação comunitária de pessoas com deficiência. *Cadernos de Educação*, 15(3), 110–126.
- Florian, L., & Black-Hawkins, K. (2011). Exploring inclusive pedagogy. *Cambridge Journal of Education*, 41(4), 413–426.
- Instituto Nacional para a Reabilitação. (2019–2022). *Projeto-Piloto de Apoio à Inclusão*.
- UNESCO. (2020). *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education*.
- United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- United Nations Development Programme. (2021). *Human Development Report 2021: Sustainability and Inclusion*.